

INFORMATIVO DAS ÁGUAS



Nº 01 - JANEIRO 2025 - INFORMATIVO DO COMITÊ PEIXE | GRUPO URUGUAI

Ano novo, desafios antigos...

A gestão de recursos hídricos no Brasil ainda é um grande desafio. Ao passo em que o país é privilegiado por deter uma das maiores reservas de água doce do mundo, é também desigual e desequilibrado quando se fala na distribuição desse abundante bem. Enquanto a Bacia Amazônica, na região Norte, abriga cerca de 70% da água doce disponível no país, a maior parte da população brasileira se concentra no Sudeste e no Nordeste, onde a oferta hídrica é muito menor em relação à demanda.

Já em relação à região Sul, embora haja um equilíbrio maior entre disponibilidade e demanda, quando comparado com as regiões mencionadas, há alguns desafios específicos decorrentes de fatores climáticos, socioeconômicos e ambientais que tornam a gestão dos recursos hídricos desafiadora. Eventos de estiagem e de cheias recorrentes, expansão agroindustrial, crescimento urbano, poluição das águas por esgoto não tratado, são alguns dos problemas enfrentados e que desafiam os gestores das águas.

Esse cenário é também refletido na Bacia Hidrográfica do Rio do Peixe e Bacias Contíguas, especialmente quando se fala de eventos extremos. Num contexto geral, nos últimos cinco anos, a região vivenciou eventos que vão desde estiagens prolongadas até cheias decorrentes de chuvas intensas. Tais fatores, somados aos problemas cotidianos, tornam-se um grande desafio para o gestor das águas local, o Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio do Peixe e Bacias Contíguas - Comitê Peixe.

O Comitê de Bacia Hidrográfica desempenha um papel fundamental na gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos. Criado no ano de 2002, o Comitê Peixe trabalha visando garantir dois princípios fundamentais: a conservação da qualidade da água na Bacia do Rio do Peixe, fundamental para os municípios; e a utilização racional dessa água por parte de seus usuários, através do controle da quantidade de água disponível nas diversas áreas da bacia. Para isso, atua em conjunto com os diversos setores da sociedade, representados pelos usuários de água, sociedade civil e poder público.

Embora o Comitê Peixe seja muito ativo, ainda enfrenta uma grande dificuldade para promover o planejamento, controle e alocação sustentável da água: a bacia ainda não possui um plano de recursos hídricos elaborado. O Plano de Bacia é a principal ferramenta de planejamento de um Comitê, servindo como base para a tomada de decisões. O plano identifica os problemas e as potencialidades da bacia, propõe medidas para prevenir e mitigar conflitos pelo uso da água e promove o desenvolvimento sustentável da região.

A elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio do Peixe é, portanto, um passo essencial para fortalecer a atuação do



Comitê Peixe e aprimorar a gestão das águas em uma região que enfrenta situações desafiadoras. Com esse instrumento, será possível não apenas garantir uma resposta mais eficiente a eventos críticos, mas também promover o equilíbrio entre conservação e desenvolvimento econômico. O desafio é grande, mas, com a mobilização de todos os setores envolvidos, a bacia pode trilhar um caminho mais seguro rumo à preservação dos recursos hídricos e à qualidade de vida da população local. Assim, o ano de 2025 se apresenta como uma oportunidade para transformar desafios antigos em ações concretas e de resultado positivo.

Texto: Me. Laís Bruna Verona
Assessora Técnica da
Entidade Executiva UNC



Projeto de diagnóstico do saneamento rural é realizado na Microbacia do Rio Água Doce

O Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio do Peixe e Bacias Contíguas, juntamente com a Entidade Executiva Universidade do Contestado (UNC), por meio do Edital nº32/2022 da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Economia Verde (SEMAE), vêm trabalhando de forma estratégica a implementação de ações de apoio e gestão dos recursos hídricos em toda a extensão da bacia hidrográfica. Um exemplo disso é a realização do projeto de Diagnóstico das Estruturas de Saneamento Rural das Propriedades da Microbacia do Rio Água Doce, afluente do Rio do Peixe, no ano de 2024.

A iniciativa teve como objetivo identificar o panorama e as necessidades das infraestruturas de saneamento existentes nas propriedades rurais inseridas na Microbacia do Rio Água Doce e, assim, canalizar e potencializar futuras intervenções e incentivos para a estruturação e adequação dessas propriedades. Esse objetivo



não apenas visa melhorar a qualidade de vida dos ribeirinhos, mas também promover a melhoria e adequação ambiental de propriedades rurais, servindo como modelo para outras microbacias e municípios que compõem parcial e/ou integralmente a área de abrangência do Comitê Peixe.

A proposta de implementação do projeto foi discutida em diferentes oportunidades na Câmara Técnica de Crise Hídrica do



Diagnóstico do Saneamento Rural na Microbacia do Rio Água Doce

Comitê Peixe. Especificamente, foi dedicado tempo para adaptar e elaborar formulário de perguntas relacionadas ao saneamento rural na Microbacia em questão. O formulário de perguntas base, foi fornecido pelo Comitê parceiro de Gerenciamento das Bacias do Rio Chapecó, do Rio Irani e Bacias Contíguas, por meio da sua também, Câmara Técnica de Crise Hídrica. Para a aplicação do questionário e coleta das informações necessárias, o Comitê estabeleceu uma parceria estratégica com o Centro de Educação Profissional Professor Jaldyr Bhering Faustino da Silva (CEDUP) de Água Doce, A Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) e Prefeitura de Água Doce/SC. Cada entidade parceira teve um papel fundamental na realização do projeto.

A EPAGRI, por meio do técnico local, contribuiu com o estudo da delimitação da área de aplicação do projeto, bem como com as informações sobre as propriedades rurais a serem contempladas. O CEDUP contribuiu na aplicação do questionário, que teve apoio dos estudantes do 2º Ano do curso Técnico em Agropecuário. Já a Prefeitura Municipal de Água Doce, foi fundamental para a logística e deslocamento dos técnicos às propriedades rurais entrevistadas, localizadas na microbacia de estudo.

Após a realização das saídas a campo para visita e coleta de informações com as 51 famílias residentes na área de estudo, os dados foram tabulados e analisados pela equipe técnica da Entidade Executiva UNC. Nesta etapa, foi realizada a caracterização de cada propriedade em relação à ocupação e atividades; a demanda e a disponibilidade hídrica; os meios de reservação de água e a identificação das estruturas de saneamento e sua condição. Com os dados sistematizados, foi possível estabelecer o grau de prioridade (alto, médio ou baixo) que as propriedades da microbacia necessitam para a intervenção, implantação ou adequação das estruturas de saneamento rural.

Como resultado da priorização, o projeto apontou 31% das propriedades (18) com alta prioridade, ou seja, propriedades que necessitam de intervenção ou melhoria nas estruturas de saneamento em um cenário de curto prazo, em especial devido ao número de dessedentações, as deficiências de disponibilidade de água e estruturas de saneamento existentes. Em média prioridade, foram identificadas 9 propriedades rurais, equivalente a 18% do total de entrevistadas e em baixa prioridade 51% das propriedades (24). O grau de prioridade estabelecido na fase de ranqueamento



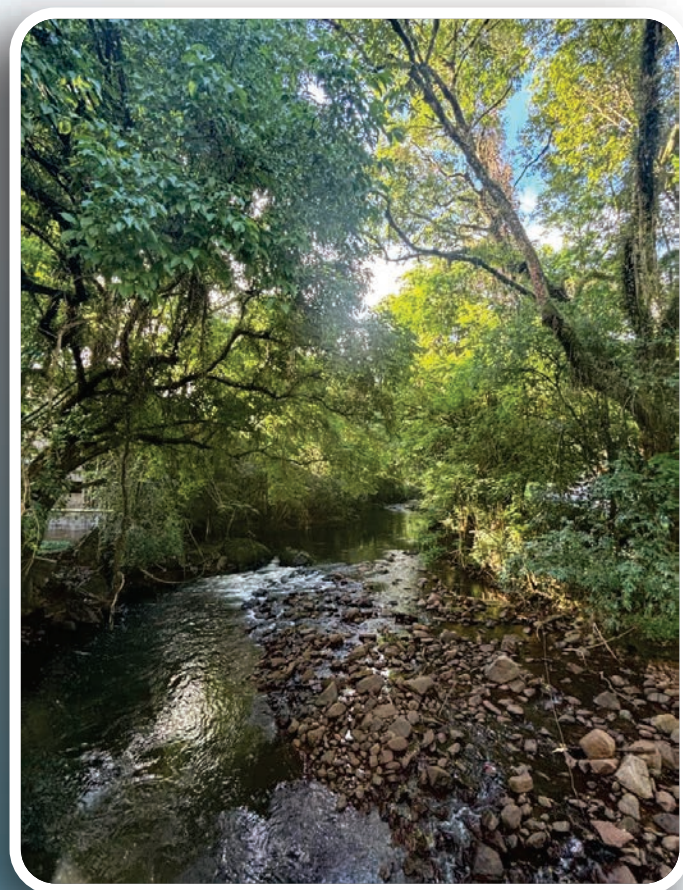
definiu a urgência e necessidade de intervenção nos serviços de saneamento rural em propriedades ribeirinhas do Rio Água Doce.

Com base nos resultados obtidos, o Comitê Peixe e a Entidade Executiva UNC irão trabalhar em duas vertentes: 1) apresentação dos resultados para a Prefeitura Municipal de Água Doce, EPAGRI e CEDUP, com o objetivo de buscar parcerias para efetivar as ações práticas de intervenção necessárias; 2) analisar a possibilidade de expansão do projeto para outras microbacias.

A finalização do estudo e os resultados obtidos enfatizam a necessidade de atenção que as áreas rurais carecem na Bacia Hidrográfica do Rio do Peixe e Bacias Contíguas. Mais do que obter um diagnóstico da área, o objetivo central do projeto visa subsidiar a promoção de melhorias significativas na qualidade de vida dos ribeirinhos, fortalecer a segurança hídrica e elevar os padrões ambientais nas áreas identificadas como prioritárias.



Projeto identifica o uso e a ocupação do solo em áreas de preservação permanente na microbacia do Rio do Tigre, afluente do Rio do Peixe



(SEMAE), por meio de suas metas, indicadores e micro-indicadores. Um dos projetos implementados pela Entidade Executiva, foi o de "Identificação e Avaliação de Áreas de Preservação Permanente e Uso Consolidado na microbacia do Rio do Tigre, afluente do Rio do Peixe".

O rio do Tigre é um importante manancial de abastecimento de água para Joaçaba/SC, um dos principais municípios da área de abrangência do Comitê Peixe. A microbacia do rio do Tigre, uma das principais tributárias do rio do Peixe, possui área de 86 km², com altitude variando entre 500 m e 1.050 m, ao nível do mar. O curso principal do rio do Tigre possui extensão de 35 km, compreendendo a nascente até a sua foz.

O projeto desenvolvido teve como objetivo mapear e caracterizar o uso e a ocupação do solo em Áreas de Preservação Permanente (APPs) da microbacia do rio do Tigre, com base na Lei Federal nº 12.651/2012 - Novo Código Florestal Brasileiro, a fim de identificar e quantificar as áreas prioritárias para restauração, e propor métodos de restauração de acordo com as características físicas do ambiente.

A metodologia adotada pela equipe técnica executiva do projeto, foi baseada no geoprocessamento de dados de acesso público, oriundos do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Todos os dados coletados foram sobrepostos em Sistema de Informação Geográfica (SIG), aplicando-se de forma integral e padronizada o disposto no Art. 4º da Lei Federal nº 12.651/2012, que considera APP as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, em largura mínima de 30 metros. O modelo metodológico considerou uma análise global do território, ou seja, não integrou as peculiaridades instruídas no Art. 61 da referida Lei, bem como os instrumentos legais das áreas urbanas integrantes da bacia hidrográfica de estudo.

Os resultados do estudo demonstraram que nas APPs da microbacia do rio do Tigre, 147 hectares são de reserva legal e 137 hectares de remanescente de vegetação nativa, números que representam pouco mais de 30% do total das APPs

Uma das vertentes de trabalho do Comitê Peixe e da Entidade Executiva Universidade do Contestado (UNC) no ano de 2024, foi a elaboração e execução de projetos alinhados ao Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH), além de cumprir com o preconizado no Edital nº 32/2022 da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (FAPESC) em parceria com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Economia Verde



estabelecidas pelo Código Florestal. Em contrapartida, constatou-se que 452 hectares atualmente são área rural consolidada, e 34,4 hectares são área urbana consolidada. Esses números representam 56% do quantitativo de APPs estabelecidas segundo o Código Florestal.

Com a identificação e avaliação do uso e ocupação do solo nas APPs da microbacia do rio do Tigre, o projeto ainda buscou apresentar e sugerir estratégias de restauração das áreas que possivelmente estão degradadas devido à ocupação e ação antrópica. Dentre elas, pode-se citar a regeneração natural, com ou sem manejo, o plantio em área total e os sistemas agroflorestais. As estratégias apresentadas foram respaldadas por publicação do portal "Código Florestal, Adequação Ambiental da Paisagem Rural" da EMBRAPA, o qual também alerta que a definição das estratégias de recuperação, devem considerar as especificidades relacionadas às áreas a serem recuperadas, como a declividade, a baixa qualidade do solo, a ocorrência de processos erosivos, a compactação ou outros desafios ambientais. Ainda, instrui que a escolha do método mais adequado, assim como o planejamento das ações de recuperação, devem ser analisadas individualmente e realizadas com a orientação de profissional habilitado.

As informações fornecidas, dão ao Comitê Peixe subsídios para ações planejadas e articuladas externas à recuperação de APPs na microbacia do rio do Tigre, com potencial de replicação em outras microbacias de sua abrangência. Essas iniciativas

visam, a longo prazo, conservar os recursos naturais, proporcionar maior segurança hídrica, contribuir no enfrentamento dos efeitos das mudanças climáticas e no combate à escassez de água, promovendo benefícios socioambientais e econômicos. Além disso, entende-se que essas ações podem ser ampliadas por meio de políticas públicas como o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), integrando esforços de educação ambiental, capacitação técnica e monitoramento para garantir impactos duradouros e o uso sustentável dos recursos hídricos.



Calendário de Reuniões e Eventos do Comitê Peixe em 2025

O Comitê Peixe se prepara para um ano intenso, repleto de ações e atividades voltadas para a gestão dos recursos hídricos. Confira o calendário prévio de reuniões e eventos de 2025, e fique por dentro de tudo o que acontecerá em nossa bacia hidrográfica!

11/03	ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA VIDEOCONFERÊNCIA
22/03	DIA MUNDIAL DA ÁGUA AÇÕES ALUSIVAS NA BACIA HIDROGRÁFICA
AGOSTO	XXVI ENCOB VITÓRIA/ES
OUTUBRO	XVII FÓRUM DO COMITÊ PEIXE
11/11	ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA VIDEOCONFERÊNCIA



comite.peixe@gmail.com



comitepeixe



www.cbhriodopeixe.com.br
www.aguas.sc.gov.br